



2023

Relatório e Contas

IMGA Flexível

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível



ÍNDICE

Relatório de Gestão	2
Nota Introdutória	3
Síntese da Evolução dos Mercados	4
Principais Eventos	7
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	9
Informação relativa à Gestão do Fundo	10
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	12
Eventos Subsequentes	13
Notas Informativas	14
Anexos	17
• Demonstrações Financeiras e Notas Anexas	
• Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	
• Relatório de Auditoria	

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 22 de junho de 1998 como um Fundo Misto, com a denominação de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Misto – Raiz Global, observando, entre outras normas, as constantes do Decreto-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 52/2006 e pelo Decreto – Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos do Fundo foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento CMVM 5/2013 passando nessa data para Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

Em 15 de dezembro de 2014 o Fundo passou a denominar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível CA Flexível, tendo passado a ser um Fundo Flexível.

Os documentos constitutivos do OIC foram atualizados em 30 de junho de 2015, de harmonia com o Regime Geral dos OIC, conforme Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, bem como em virtude da entrada em vigor do novo regime fiscal aplicável a partir de 1 de julho de 2015, e em 25 de setembro de 2015 de harmonia com o Regulamento 2/2015 da CMVM.

Em 1 de outubro de 2017, momento a partir do qual a IMGA assumiu a sua gestão, alterou a sua denominação para IMGA Flexível.

Em 27 de setembro de 2019, incorporou por fusão o Fundo IMGA Alternativo – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo passou a estar disponível para comercialização a partir de 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 4 de maio de 2021.

Síntese da Evolução dos Mercados

No início de 2023 a expectativa praticamente generalizada dos analistas era de uma recessão nas principais economias desenvolvidas, fruto do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde os anos 80 e dos níveis ainda excessivos da inflação. Alguns dos principais indicadores de confiança encontravam-se em quebra e vários indicadores de atividade exibiam uma trajetória descendente. O pessimismo dos investidores era refletido num posicionamento defensivo, visível na exposição limitada aos ativos de risco, em particular ao mercado acionista.

Apesar da permanência da inflação em níveis elevados e de algumas surpresas em alta nos primeiros meses do ano, a perceção dos investidores ajustou-se a uma realidade em que a queda do preço das matérias-primas permitiria o retrocesso da inflação nos meses seguintes, de resiliência do mercado laboral das principais economias desenvolvidas, em que o efeito da reabertura económica no sector dos serviços não se havia ainda esgotado e a um processo de transmissão da política monetária para a economia real mais prolongado do que o esperado. Também

a política orçamental contribuiu para um desempenho económico mais positivo do que o esperado em 2023.

A crise de confiança no sector bancário, em março de 2023, constituiu um dos momentos de maior volatilidade nos mercados financeiros, tendo originado, numa fase inicial, fortes quedas das taxas de juro, alimentadas por expectativas de cortes de taxas diretoras pelos bancos centrais, para contrariar o impacto negativo de uma potencial crise financeira. A resposta proativa dos bancos centrais, em particular da Reserva Federal dos EUA, viria a provar-se determinante para evitar uma espiral negativa, com implicações potencialmente globais, ao anunciar a garantia da totalidade dos depositantes dos bancos sob pressão e um mecanismo de cedência de liquidez ao sector bancário com condições vantajosas.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi irregular no decorrer de 2023, decorrente da evolução das perspetivas de evolução da inflação e de atuação dos bancos centrais. Também o acréscimo das emissões de dívida pública nos EUA



constituiu um importante driver das taxas de juro de mercado ao longo do ano. Depois da forte subida das taxas de juro na Europa e nos EUA entre maio e meados de outubro, que conduziu as taxas de juro a 10 anos para máximos desde 2011 e 2007, respetivamente, seguiu-se uma inversão abrupta e agressiva de tendência, fruto da evolução mais favorável das métricas inflacionistas e da mensagem mais branda dos bancos centrais. A inversão referida permitiu uma queda de 55pb das taxas da Alemanha para 2,02% na taxa a 10 anos, e que a mesma taxa de juro dos EUA tenha encerrado o ano no mesmo nível em que iniciou 2023 (3,9%), o que culminou em valorizações de 7,1% do índice de dívida governamental dos EUA e de 3% do índice de dívida agregada dos EUA.

A incorporação de diferentes perfis de atuação dos bancos centrais e de desempenho económico significou movimentos diferenciados das taxas de juro nas diversas maturidades da dívida, com quedas mais acentuadas nos prazos intermédios (5 a 10 anos) nos EUA e na parte curta da curva no caso da dívida alemã (2 anos), embora em ambos os casos a curva de rendimentos tenha permanecido invertida no decorrer de 2023.

A trajetória descendente das taxas de juro foi transversal aos diferentes emitentes soberanos da Área do Euro, tendo-se inclusivamente assistido a estreitamentos do spread da dívida da periferia europeia face à Alemanha que superaram os alargamentos ocorridos no ano anterior.

A perceção de evolução mais favorável do que a esperada dos fundamentais foi determinante para o perfil de valorização das classes de maior risco. A queda dos custos de financiamento, o perfil controlado de incumprimentos e o desempenho económico mais benéfico do que o esperado permitiram estreitamentos dos spreads de crédito no cômputo anual, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-29pb) quer na dívida de *high yield* (-112pb) europeia, o que, a somar aos ganhos possibilitados pela componente de taxa de juro, significou valorizações de 8,2% e de 12,1%, respetivamente. Apesar das fortes desvalorizações

em março, coincidentes com a falência do Credit Suisse, o índice de dívida subordinada do sector bancário europeu fechou o ano com uma valorização superior a 13%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente em destaque pela positiva em 2023, com estreitamentos de spread de 31pb e de 146pb da dívida empresarial *investment grade* e de *high yield*, respetivamente, que possibilitaram valorizações de 5,8% e de 13,5% no ano.

O universo de dívida de mercados emergentes somou igualmente ganhos em 2023, com a dívida governamental e a dívida empresarial a registarem estreitamentos de spread que contribuíram para valorizações de 8,4% e de 7,85%, respetivamente. O índice de dívida de mercados emergentes em moeda local esteve entre os mais bem-sucedidos, com uma valorização superior a 11% no ano. Por outro lado, nota para o facto de a fragilidade económica da China, em particular do sector imobiliário, ter voltado a contribuir para o acréscimo de volatilidade no segmento de dívida de mercados emergentes.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2023 foi amplamente positiva, fruto do crescimento dos resultados empresariais e da expansão de múltiplos ocorrida. À exceção de momentos isolados de acréscimo de volatilidade, imperou um ambiente de apetite pelo risco dos investidores, favorecido pelas surpresas económicas positivas e pela exposição relativamente diminuta à classe no início do ano.

A expectativa gerada em torno dos benefícios da aposta na inteligência artificial foi um dos principais drivers de performance da classe, em particular no primeiro semestre do ano. Com efeito, os títulos com maior associação a este tema estiveram entre os que registaram os maiores ganhos anuais, o que impulsionou o índice de tecnológicas Nasdaq (+43,4% no ano) e os índices de ações dos EUA em termos agregados (com o S&P500 a valorizar 24,2%). Os sectores de media (24%), construção (30,6%), tecnologia (31,7%) e de

retalho (34,4%) estiveram entre os que mais valorizaram.

Na Europa, o perfil de rendibilidades foi algo díspar, com valorizações mais modestas dos índices britânico FTSE 100 (+3,8%) e suíço (+3,8%), fruto do respetivo enviesamento sectorial mais *value*, e ganhos mais acentuados dos índices alemão (+20,3%), espanhol (+22,8%) e italiano (+28,0%), reflexo da natureza mais cíclica e da reversão dos efeitos da crise energética na região.

Nas restantes regiões, o principal destaque pela positiva foi a valorização das praças acionistas japonesas, com uma valorização superior a 28% do Nikkei, o qual beneficiou amplamente da forte desvalorização do iene. Em oposição, e apesar do processo mais célere do que o esperado de reabertura económica da China, o respetivo índice acionista voltou a estar pressionado, com uma correção de 12,5% do índice de cariz mais doméstico, o China A Shares. Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 22% em 2023.

A incorporação de expectativas de cortes algo pronunciados de taxas diretoras dos EUA, da Área do Euro e do Reino Unido nos últimos dois meses do ano alterou significativamente o perfil de

valorização das respetivas divisas no cômputo anual. A forte queda das taxas de juro dos EUA originou uma desvalorização de 5% do dólar desde os máximos de setembro até ao final de 2023, o que contribuiu decisivamente para a perda anual de 2,1% do cabaz de divisas que engloba os principais parceiros comerciais dos EUA. Por outro lado, depois de dois anos consecutivos de desvalorização, o euro ganhou terreno contra o dólar dos EUA (+3,1%), tendo em termos agregados valorizado 3,4% contra os principais parceiros comerciais da região. Em oposição, a política monetária ultra-acomodatória do Banco Central do Japão, profundamente contrastante com as restantes economias desenvolvidas, esteve na origem do terceiro ano consecutivo de depreciação da divisa contra o dólar dos EUA, tendo atingido no período a cotação mais baixa desde 1990.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi negativo em 2023 (-12,6%), não obstante a trajetória descendente do dólar. Os metais industriais e os bens energéticos estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos metais preciosos e de vários bens do segmento alimentar.



Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DE NOVOS FUNDOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO:

Categoria R - IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

Categoria I - IMGA Liquidez

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

Fundo IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O Fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I, fundo aberto de duração limitada, começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 3 de julho foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 1 de setembro.

Fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série

A 16 de outubro foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série, fundo aberto de duração limitada, tendo sido constituído a 4 de dezembro.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS AOS FUNDOS IMGA

Em março de 2023, seis fundos da IMGA - Ações Portugal, Alocação Conservadora, Alocação Moderada, Poupança PPR, Rendimento Mais e Rendimento Semestral - foram galardoados pelo Rating FundsPeople 2023, com a classificação B de Blockbuster.

O IMGA Rendimento Mais e o IMGA Rendimento Semestral receberam esta distinção pelo quarto ano consecutivo. A classificação B de Blockbuster é atribuída aos fundos que no final do ano anterior contavam com um volume significativo de ativos em Portugal.

Na edição de 2023 dos “Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP”, que decorreu no mês de maio, o IMGA Ações América foi distinguido como melhor fundo na categoria “OIC de Ações Americanas”.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS

CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão

de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

A 13 de julho foram alterados os Prospetos dos diversos fundos geridos pela sociedade, com uma maior desagregação dos componentes da TEC.

A 28 de agosto, decorrente da entrada em vigor do novo Regime da Gestão de Ativos, foram alterados os documentos constitutivos dos Fundos de Capital de Risco, com a alteração da denominação dos mesmos.

A 24 de novembro foram publicadas as novas versões dos documentos constitutivos dos fundos, no âmbito do processo de adaptação ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA).

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril e 31 de agosto de 2023 foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais e semestrais, respetivamente, dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

No âmbito da comercialização transfronteiriça, e na sequência do registo que já havia sido feito em 2022 para um conjunto de fundos, foi adicionalmente efetuado em 2023 o registo do fundo IMGA Ações Portugal para comercialização em Espanha.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e

ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

ALTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em outubro de 2023, na sequência da autorização da CMVM, iniciou funções como membro do Conselho Fiscal da Sociedade, o Dr. António dos Santos Lindeza.

ONE KAPITAL – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 21 de dezembro iniciou atividade o Fundo de Capital de Risco One Kapital.

FUTURUM TECH – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO FECHADO

A 29 de dezembro foi registado junto da CMVM o Fundo de Capital de Risco Futurum Tech.

LIQUIDAÇÃO DE FUNDO DE CAPITAL RISCO

A 29 de dezembro de 2023 foi liquidado o fundo Almond Tree Private Equity Fund – Fundo de Capital de Risco Fechado.

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Os fundos multiativos, nos quais se incluem os PPR e fundos flexíveis, são importantes agregadores de ativos financeiros diversificados e potencialmente descorrelacionados entre si. Dependendo do perfil de risco do investidor o mix entre mercado obrigacionista e acionista é ponderado por forma maximizar o binómio risco e rentabilidade. Em 2023, os contributos dos vários ativos financeiros que compõem esta tipologia de fundos foram favoráveis pelo que a sua performance foi globalmente positiva.

Em Portugal esta tipologia de fundos foi responsável pela maior fatia dos ativos sob gestão em 2023 e recuperou das rentabilidades negativas registadas no ano anterior. Os fundos multiativos com pendor de maior risco (medido por volatilidade) obtiveram em média uma rentabilidade de 10,1%, os mais defensivos alcançaram, em média, uma rentabilidade de 5,9% e os fundos flexíveis obtiveram uma rentabilidade média no ano de 7,1%.

Os fundos PPR apresentaram uma rentabilidade média de 8,9% em 2023, registando, no entanto, resgates significativos, na medida em que os participantes, com base na legislação em vigor desde 2022, têm efetuado o resgate antecipado destes fundos, sem penalizações, para o pagamento ou amortização dos contratos de crédito à habitação, afetando os níveis de poupança e reforma em Portugal. No último ano os PPR tiveram vendas líquidas negativas de €113M.

Na IMGA, os fundos multiativos excluindo PPR terminaram o ano de 2023 com uma rentabilidade média de 6,6% e €1.088M de ativos sob gestão, representando 19% desta categoria em Portugal e 26% dos ativos sob gestão da Sociedade.

Os fundos PPR da IMGA registaram uma rentabilidade média de 6,7%, com os ativos sob gestão a totalizarem €505M, beneficiando do efeito de mercado (€31M).

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe
		Volatilidade			Volatilidade			Volatilidade	
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	6,47%	4,61%	3	-2,45%	4,87%	3	-0,18%	5,32%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	6,54%	4,61%	3	-2,43%	4,87%	3	-0,17%	5,32%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT A	3,12%	4,35%	3	-2,61%	5,80%	4	0,14%	6,77%	4
IMGA FLEXÍVEL CAT R	3,41%	4,35%	3	-2,55% (*)	5,83%	4	0,17% (*)	6,79%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,48%	4,78%	3	-1,47%	6,18%	4	0,95%	6,95%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	7,61%	4,98%	3	-1,13% (*)	6,25%	4	1,16% (*)	6,98%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	7,18%	5,66%	4	0,51%	7,30%	4	2,84%	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	7,48%	5,68%	4	0,6% (*)	7,31%	4	2,9% (*)	9,10%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	9,95%	8,32%	4	2,39%	10,13%	5	5,32%	13,25%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	10,06%	8,35%	4	2,39% (*)	10,15%	5	5,32% (*)	13,26%	5
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,00%	2,99%	3	-1,02%	3,27%	3	-0,47%	4,00%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,49%	4,77%	3	-1,59%	6,16%	4	0,81%	6,97%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,54%	4,78%	3	-1,53% (*)	6,17%	4	0,84% (*)	6,97%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	6,89%	5,64%	4	0,23%	7,27%	4	2,55%	9,13%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	6,91%	5,64%	4	0,23% (*)	7,28%	4	2,55% (*)	9,14%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	7,78%	6,29%	4	0,64%	7,07%	4	2,58%	8,44%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	7,61%	5,91%	4	0,60%	6,57%	4	2,34%	7,85%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	6,49%	4,73%	3	-0,73%	5,16%	4	1,24%	6,02%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	5,17%	3,84%	3	-2,11%	4,05%	3	-0,11%	4,68%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho histórico da Categoria A

Fonte IMGA

Informação relativa à Gestão do Fundo

O Fundo IMGA Flexível apresentou em 2023 uma taxa de rentabilidade positiva, tendo beneficiado, maioritariamente, da exposição a obrigações e ações.

A economia mundial em 2023 lidou com um ciclo de subidas das taxas de juro bastante agressivo, mas revelou-se mais resiliente do que inicialmente estimado. Para tal contribuíram diversos fatores, nomeadamente, um mercado laboral bastante robusto, as poupanças excedentárias com origem na pandemia, um inverno mais ameno do que o esperado, a queda dos preços das matérias-primas e as medidas fiscais de combate à inflação e de promoção do investimento. A surpresa pela negativa foi a economia chinesa, que tendo abandonado a política de Covid-Zero, teve uma reabertura que não decorreu de uma forma tão exuberante como o esperado, com a economia a perder *momentum* no segundo trimestre do ano. O imobiliário continua a ser um problema, assim como o desemprego jovem e a menor força das exportações.

Ao nível da política monetária, a primeira metade do ano foi caracterizada por aumentos das taxas de juro pela maioria dos bancos centrais dos países desenvolvidos, que tornaram por essa via a sua política monetária mais restritiva. O rápido

retrocesso da inflação, embora ainda acima dos níveis desejados pela Reserva Federal norte-americana e pelo Banco Central Europeu, viria a permitir que estes atingissem o pico das suas taxas de juro diretores na segunda metade do ano, e com que o mercado tenha já implícito cortes de taxas significativos para 2024.

Destaque também para a minicrise bancária que se viveu em março, com a resolução de alguns bancos regionais nos EUA e do Credit Suisse na Europa. Nos EUA, os bancos em questão tinham modelos de negócios muito específicos, relacionados com as criptomoedas e com os *private equities*, e estavam sujeitos a regras regulamentares menos exigentes, enquanto na Europa os problemas do Credit Suisse já eram conhecidos há vários anos. Estas particularidades não deixaram, no entanto, de afetar o sentimento dos investidores, mas a rápida atuação das autoridades solucionou um potencial contágio.

A nível geopolítico, destaque para a continuação da guerra na Ucrânia, onde uma solução parece ainda longe de ser encontrada, e para o despoletar da guerra na Faixa de Gaza, que se tem mantido relativamente contida, mas cujo potencial para alastrar é enorme.



Neste contexto, as taxas de juro a 10 anos na Alemanha diminuíram 55 pontos base para 2%, tendo os spreads da periferia estreitado de forma significativa, com destaque para a Grécia que foi promovida a *investment grade* pela Standard & Poor's. Nos EUA, os 10 anos ficaram praticamente inalterados nos 3,9% apesar da elevada volatilidade que se registou durante o ano. Estes movimentos traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, tendo o europeu valorizado 7,1%. Ao nível dos spreads de crédito assistiu-se a um estreitamento dos mesmos nos principais segmentos, tendo o Euro *investment grade* valorizado 8,2%, o Euro High Yield 12,1% e a dívida de mercados emergentes 8,4%.

Os mercados acionistas também tiveram um ano bastante positivo, com rendibilidades em euros de 21,4% nos EUA, 15,8% na Europa, 16,2% no Japão, 3,7% na Ásia Pacífico ex Japão e 6,1% nos mercados emergentes. O destaque foram os índices tecnológicos, impulsionados pelo tema da inteligência artificial.

O Fundo entrou no ano com um posicionamento defensivo em duração dada a perspetiva de subida das taxas de juro. Ao longo do primeiro semestre, e à medida que o Banco Central Europeu e a Reserva Federal norte-americana foram aumentando as suas taxas de juro, também a exposição a governos e a duração foi aumentando. A duração tornou-se ainda mais significativa na segunda metade do ano, à medida que a inflação retrocedia e o pico das taxas de juro diretoras se aproximava. Nos últimos dois meses de 2023, as taxas de juro fizeram um grande rally, tendo este sido aproveitado para reduzir a duração do Fundo.

Ao nível do crédito, iniciámos o semestre com uma exposição significativa ao segmento, dada a atratividade dos spreads, apesar de prevermos um aumento dos incumprimentos. Este posicionamento foi mantido ao longo do ano, mas foi efetuada uma rotação parcial de *high yield* e dívida de mercados emergentes para *investment grade*, dada a compressão de spreads e o maior risco dos primeiros.

A exposição a ações iniciou-se com uma sobreponderação à China, uma vez que esta se encontrava a abandonar a política de Covid-zero e havia expectativas bastante positivas relativamente à reabertura da sua economia. Esta sobreponderação viria a ser abandonada no segundo semestre do ano, dado que a reabertura da economia perdeu *momentum* e os estímulos para lidar com os problemas da mesma, nomeadamente os do sector imobiliário, foram esporádicos e aquém do desejado. A exposição a ações sofreu uma ligeira redução ao longo do primeiro semestre, à medida que os múltiplos do mercado se expandiam e um abrandamento da economia se mantinha no horizonte. Esta redução viria a ser reforçada na segunda metade do ano à medida que as obrigações se tornaram mais atrativas.

No que respeita a alternativos, começámos o ano com uma visão positiva para o segmento e um posicionamento em linha com essa visão, mas a subida das taxas de juro e o aumento da atratividade dos segmentos obrigacionistas retiraram valor relativo à classe, tendo a alocação à mesma diminuído.

Na componente de liquidez, foi reforçado o investimento em FRNs e em papel comercial aproveitando a atratividade das rendibilidades apresentadas.

A categoria A do Fundo IMGA Flexível apresentava uma rendibilidade a 1 ano de 3,1% no final de 2023, tendo atingido um valor líquido global de €11,8M, uma diminuição de 15% face aos €13,8M de dezembro de 2022. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €2,4M, com subscrições de €0,3M e resgates de €2,7M.

A categoria R do Fundo apresentava, no final do ano, uma rendibilidade de 3,4%, com um valor sob gestão pouco significativo.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2023			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2023
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	358.566	172.748	3
Administradores independentes	41.520	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	32.670	-	4
COLABORADORES			
Colaboradores	2.011.578	269.877	43

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2023.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €35.978 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2023 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do exercício anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados, nem foram introduzidas quaisquer alterações significativas à Política de Remunerações em vigor.

Eventos Subsequentes

A 10 de janeiro de 2024 foram publicados novos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, com uma clarificação relativamente ao universo de investimento do Fundo.

A 31 de janeiro de 2024 foi incluída, nos documentos constitutivos dos Fundos, uma menção na Política de Investimento, clarificando a natureza de gestão ativa dos Fundos. Na mesma data, e para um conjunto de 18 Fundos, foi incluído o BNI Europa como nova entidade comercializadora.

A 7 de fevereiro de 2024 foi iniciada a comercialização das categorias P e R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt e a inclusão do Banco Bison como entidade comercializadora dessas categorias. Foi também incluída a menção com a clarificação quanto à gestão ativa do Fundo.

A 22 de março de 2024 foi constituída a categoria I do Fundo IMGA Euro Taxa Variável.

A 10 de abril de 2024 foi iniciada a comercialização da categoria I do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, tendo sido constituída a 12 de abril de 2024.

A 23 de abril de 2024 foi comunicada à CMVM a inclusão do Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora dos Fundos IMGA.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível IMGA Flexível

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível

Data de Constituição: 22 de junho de 1998

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português S.A.

Valor da Carteira em 31 de dezembro de 2023: 11 817 154 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IMGA FLEXÍVEL CAT A										
Rendibilidade	9,1%	1,2%	1,4%	1,1%	-5,6%	5,6%	3,2%	2,4%	-12,5%	3,1%
Risco (nível)	4	4	3	2	3	3	5	3	4	3
IMGA FLEXÍVEL CAT R										
Rendibilidade									-12,7%	3,4%
Risco (nível)									4	3

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de instrumentos financeiros procurando maximizar a sua rendibilidade através de uma gestão flexível. Tem como objetivo proporcionar um nível de retorno de 2,5% face aos instrumentos do mercado monetário, em períodos sequenciais de 3 anos. O Fundo procurará uma diversificação ao nível das aplicações financeiras em que pode investir por forma a assegurar uma adequada repartição dos riscos.

O Fundo investirá em ativos cotados nos mercados da OCDE com exceção dos títulos representativos de OIC e depósitos bancários. Poderá investir em ações, obrigações, certificados, ETF's (Exchange Traded Funds), ETCs (Exchange Traded Commodities), Unidades de participação de outros Fundos, depósitos bancários, instrumentos financeiros derivados bem como em outros instrumentos do mercado monetário definidos no Prospeto.

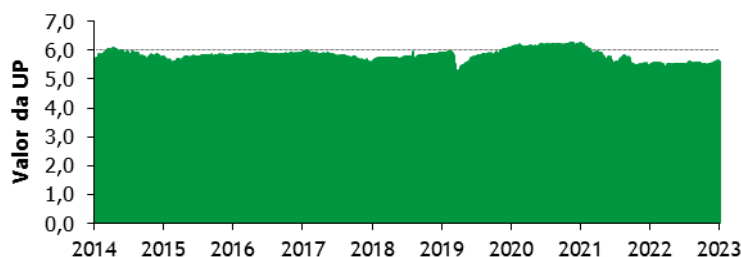
O Fundo prosseguirá uma estratégia de investimento que privilegia a diversificação dos investimentos entre instrumentos financeiros de rendimento fixo e variável e a gestão ativa da repartição por categoria de ativos, em função das condições de mercado e da correlação ente a evolução do valor de mercado dos valores mobiliários que integram a carteira do Fundo, com vista a controlar e reduzir o risco do investimento e a maximizar a valorização do património do Fundo, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

O Fundo tem uma política de investimento flexível, podendo o peso de qualquer dos tipos de instrumentos financeiros acima referidos variar sem outros limites para além dos constantes do prospeto do Fundo, sem limites mínimos e máximos por categorias de ativos, cabendo à sociedade gestora determinar em cada momento, em função das condições de mercado, a composição do património mais adequada à prossecução do objetivo do Fundo e ao seu perfil de risco. O Fundo não procura exposição preferencial a um setor de atividade.

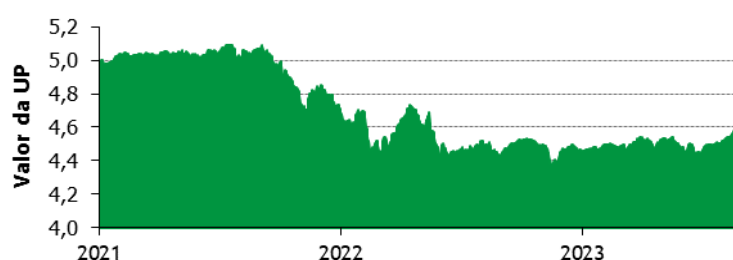
O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 100% do seu valor líquido global.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

Categoria A (Últimos 10 anos civis)



Categoria R (desde início de atividade da categoria)



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA FLEXIVEL CAT A	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação	1 680 582,7838	1 966 968,7320	3 160 223,7878	2 535 185,4334	2 101 755,8009
Valor Unitário UP (Euros)	5,8953	6,0860	6,2326	5,4518	5,6221
IMGA FLEXIVEL CAT R	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
Nº UP's em circulação			200,4009	200,4009	200,4009
Valor Unitário UP (Euros)			5,0679	4,4258	4,5767

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	2023		2022		2021		2020	
	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	950	0,0	300	0,0	199	0,0	437	0,6
Mercados União Europeia	9 675	9,9	11 959	14,2	10 306	6,3	8 762	11,7
Outros Mercados	116	0,0	534	0,0	3 567	0,0	1 525	0,9
TOTAL	10 741	9,9	12 793	14,2	14 072	6,3	10 724	13,2

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

31.12.2023

Valores mobiliários	10 241 481
Saldos bancários	890 389
Outros ativos	765 786
Total dos ativos	11 897 656
Passivos	80 502
Valor Líquido de Inventário	11 817 154

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
2. OUTROS VALORES	600 000	-	-	600 000	(690)	599 310	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	9 235 352	471 340	65 212	9 641 481	-	9 641 481	94%
TOTAL	9 835 352	471 340	65 212	10 241 481	(690)	10 240 791	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	37 142
As mais-valias de investimentos	3 601 519
Custos	
Custos de gestão	(128 860)
Custos de depósito	(7 731)
Outros encargos, taxas e impostos	(17 870)
As menos-valias de investimentos	(3 084 628)
Custos de negociação	(11 669)
Lucro líquido	387 904
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	323 813
Resgates	(2 716 712)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA FLEXIVEL CAT A		IMGA FLEXIVEL CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	19 696 342	6,2326	1 016	5,0679
31.12.2022	13 821 262	5,4518	887	4,4258
31.12.2023	11 816 237	5,6221	917	4,5767

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2023
Operações Cambiais	130 085	(130 085)	(247 121)	(26 753)	(247 121)
Operações Sobre Taxas de Juro	686 910	(686 910)	(411 780)	70 736	(411 780)
Operações Sobre Cotações	(699 400)	-	(1 641)	(163 977)	(701 041)

Anexos

- Demonstrações Financeiras e Notas Anexas
- Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
- Relatório de Auditoria

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2023

IMGA Flexível

ÍNDICE

<i>Balanço.....</i>	2
<i>Demonstração de Resultados</i>	5
<i>Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	7
<i>Notas às Demonstração Financeiras.....</i>	10

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO						
Código	Designação	31-12-2023			31-12-2022	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações					461 085
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	9 235 352	471 340	(65 212)	9 641 481	12 031 732
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	600 000			600 000	300 078
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>9 835 352</u>	<u>471 340</u>	<u>(65 212)</u>	<u>10 241 481</u>	<u>12 792 895</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	763 141			763 141	652 183
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>763 141</u>			<u>763 141</u>	<u>652 183</u>
Disponibilidades						
	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	390 389			390 389	414 114
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	500 000			500 000	
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>890 389</u>			<u>890 389</u>	<u>414 114</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	2 645			2 645	1 809
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>2 645</u>			<u>2 645</u>	<u>1 809</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>11 491 527</u>	<u>471 340</u>	<u>(65 212)</u>	<u>11 897 656</u>	<u>13 861 002</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				2 101 756	2 535 185
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				200	200

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	10 484 558	12 646 505
62	Variações Patrimoniais	3 388 306	3 619 259
64	Resultados Transitados	(2 443 615)	(100 327)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	387 904	(2 343 288)
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>11 817 154</u>	<u>13 822 149</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	48 127	2 798
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	27 290	33 010
424+...+429	Outras contas de Credores	1 614	1 815
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>77 031</u>	<u>37 623</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	1 230	1 230
56	Receitas com Provento Diferido	2 242	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 472</u>	<u>1 230</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>11 897 656</u>	<u>13 861 002</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	5.6221	5.4518
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	4.5767	4.4258

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		378 094
	<i>Total</i>		378 094
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		1 993 950
	<i>Total</i>		1 993 950
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		2 372 044
99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>	1 359 942	2 254 449

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	247 121	248 009
	<i>Total</i>	247 121	248 009
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	411 780	1 307 040
	<i>Total</i>	411 780	1 307 040
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros	701 041	699 400
	<i>Total</i>	701 041	699 400
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	1 359 942	2 254 449
99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>		2 372 044

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro) DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	18		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 318	22 860
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	27 430	27
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	11 669	16 273		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	138 574	174 187	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		27 257
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	251 460	2 393 055	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	940 382	69 956
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	2 833 167	4 709 664	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2 661 137	4 848 182
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais		670	851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	13 409	15 358	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>3 636 266</u>	<u>4 968 283</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 460	2 460				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>3 250 757</u>	<u>7 311 667</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários	2 204	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	191	96
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>2 395</u>	<u>96</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>387 904</u>		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>2 343 288</u>
	<i>TOTAL</i>	<u>3 638 661</u>	<u>7 311 667</u>		<i>TOTAL</i>	<u>3 638 661</u>	<u>7 311 667</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	684 571	(2 289 254)	F - E	Resultados Eventuais	2 395	96
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(172 031)	138 518	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	401 313	(2 327 260)
B-A	Resultados Correntes	385 509	(2 343 384)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	387 904	(2 343 288)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Data: **31.12.23**

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		323 813		2 418 104
Subscrição de unidades de participação	323 813		2 418 104	
...				
PAGAMENTOS:		2 671 383		6 025 399
Resgates de unidades de participação	2 671 383		6 025 399	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(2 347 570)		(3 607 295)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		17 559 286		15 896 044
Venda de títulos e outros ativos	466 159		6 089 198	
Reembolso de títulos e outros ativos	1 250 000		2 097	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	15 839 084		9 757 719	
Rendimento de títulos e outros ativos	0		26 030	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	4 044		21 000	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		14 567 791		16 748 560
Compra de títulos e outros ativos	1 544 227		2 967 811	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	13 011 758		13 764 383	
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	9 921		14 238	
Outras taxas e comissões	36		150	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 850		1 977	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		2 991 495		(852 516)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		13 577 414		24 188 696
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	544 406		1 151 961	
Operações de taxa de juro	1 040 995		1 912 246	
Operações sobre cotações	1 059 566		1 608 536	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	4 029 828		6 600 776	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	6 902 619		12 915 178	
PAGAMENTOS:		13 596 498		24 293 293
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais	571 159		1 199 555	
Operações de taxa de juro	970 260		1 524 579	
Operações sobre cotações	1 223 543		1 947 204	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	3 972 682		6 555 431	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	6 858 855		13 066 524	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(19 084)		(104 597)

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Data: **31.12.23**

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-23		31-dez-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		8 473		27
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	8 473		27	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		159 433		200 144
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	22		3	
Comissão de gestão	139 567		177 600	
Comissão de depósito	8 158		10 322	
Taxa de supervisão	2 033		2 501	
Impostos e taxas	9 653		9 719	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(150 960)		(200 117)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		2 395		0
Ganhos extraordinários	2 395		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		2 395		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		476 275		(4 764 526)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		414 114		5 178 640
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		890 389		414 114

Notas às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Introdução

A constituição do IMGA Flexível – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 04 de junho de 1998, tendo iniciado a sua atividade em 22 de junho de 1998.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontram ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo por base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Subscrições				Resgates		Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
		Subscrições		Resgates						
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R					
Valor base	12 646 505	292 855	-	(2 454 802)	-	-	-	-	10 484 558	
Diferença p/Valor Base	3 619 259	30 958	-	(261 910)	-	-	-	-	3 388 306	
Resultados acumulados	(100 327)	-	-	-	-	(2 343 288)	-	-	(2 443 615)	
Resultados do período	(2 343 288)	-	-	-	-	2 343 288	-	387 904	387 904	
SOMA	13 822 149	323 813	-	(2 716 712)	-	-	-	387 904	11 817 154	
Nº de Unidades participação										
Categoria A	2 535 185	58 515	-	(491 944)	-	-	-	-	2 101 756	
Categoria R	200	-	-	-	-	-	-	-	200	
Valor Unidade participação										
Categoria A	5,4518	-	-	-	-	-	-	-	5,6221	
Categoria R	4,4258	-	-	-	-	-	-	-	4,5767	

Em 31 de dezembro de 2023 existiam 8 560 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	31-12-23	5.6221	11 816 237	2 101 756	4.5767	917	200	11 817 154	2 101 956
	30-09-23	5.5045	12 120 967	2 202 033	4.4783	897	200	12 121 864	2 202 233
	30-06-23	5.5248	13 055 460	2 363 066	4.4915	900	200	13 056 361	2 363 267
	31-03-23	5.4787	13 322 265	2 431 683	4.4507	892	200	13 323 157	2 431 883
Ano 2022	31-12-22	5.4518	13 821 262	2 535 185	4.4258	887	200	13 822 149	2 535 386
	30-09-22	5.4607	14 603 656	2 674 325	4.4403	890	200	14 604 546	2 674 525
	30-06-22	5.4832	15 121 807	2 757 868	4.4584	893	200	15 122 700	2 758 069
	31-03-22	5.9413	16 996 958	2 860 842	4.8307	968	200	16 997 926	2 861 043
Ano 2021	31-12-21	6.2326	19 696 342	3 160 224	5.0679	1 016	200	19 697 358	3 160 424
	30-09-21	6.1853	18 532 366	2 996 206	5.0276	1 008	200	18 533 374	2 996 406
	30-06-21	6.1839	15 370 826	2 485 635	5.0286	1 008	200	15 371 834	2 485 835
	31-03-21	6.1239	13 903 131	2 270 337	-	-	-	13 903 131	2 270 337

Em 31 de dezembro de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	4	-
0.5% ≤ UPs < 2%	26	-
UPs < 0.5%	929	-
TOTAL	959	1

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	-	-	466 159	-	466 159	-
Obrigações Diversas	-	697 879	-	-	-	697 879
Unidades de Participação de Fundos Harmonizados	3 723 576	7 903 954	3 185 123	11 647 605	6 908 700	19 551 559
Exchange Traded Fund	1 384 228	-	4 578 941	-	5 963 169	-
Papel Comercial	-	846 348	-	-	-	846 348
Contratos de Futuros	24 055	3 101 620	23 989	3 220 489	48 043	6 322 109
Total	5 131 859	12 549 800	8 254 212	14 868 094	13 386 071	27 417 894

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	323 813	-
Resgates	2 716 712	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Brisa Concessão Rodoviária 17EM PC 26/10/23 - 21/01/24	150 000	-	-	150 000	1 169	151 169
Greenvolt - Energias Renováveis, SA 1EM PC 29/12/23 - 02/02/24	150 000	-	-	150 000	(602)	149 398
NOS SGPS SA 225EM PC 07/12/23 - 11/01/24	100 000	-	-	100 000	283	100 283
NOS SGPS SA 226EM PC 14/12/23 - 11/01/24	50 000	-	-	50 000	99	50 099
Veolia Environnement PC 4.055% 09/10/23 - 08/04/24	150 000	-	-	150 000	(1 639)	148 361
	600 000	-	-	600 000	(690)	599 310
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	246 240	42	-	246 282	-	246 282
Amundi ETF Floating Rate Euro Corporate 1-3 UCITS ETF	406 139	2 530	-	408 669	-	408 669
Amundi ETF MSCI Emerging Markets UCITS	199 837	10 727	(29 721)	180 843	-	180 843
Amundi MSCI Europe ESG Broad ETF	358 450	37 420	-	395 870	-	395 870
Amundi S&P 500 UCITS ETF	462 942	38 537	-	501 479	-	501 479
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	252 919	13 480	-	266 398	-	266 398
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	647 350	37 709	-	685 059	-	685 059
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	553 206	4 911	-	558 117	-	558 117
DWS Floating Rate Notes Fcp Ic Eur	560 150	5 382	-	565 531	-	565 531
ETF WTI CRUDE OIL	236 065	-	(14 260)	221 805	-	221 805
European Specialist Investment funds M&G European	500 882	23 377	-	524 258	-	524 258
GS EURO CREDIT- I CAP EUR	453 300	494	-	453 794	-	453 794
Jupiter Global EM Corporate Bond I EUR Acc HSC	181 062	10 408	-	191 470	-	191 470
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	208 149	10 117	-	218 266	-	218 266
Lyxor Core STOXX Europe - 600 DR	379 382	56 118	-	435 500	-	435 500
Ossiam Shiller Brly Cape USD	362 342	56 117	(9 542)	408 917	-	408 917
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	600 244	16 780	-	617 024	-	617 024
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	827 087	44 862	-	871 948	-	871 948
Pictet- Short Term Emerging Corporate Bonds	259 107	-	(10 386)	248 721	-	248 721
Schroder Intl Eur GV BD C AC	999 591	47 174	-	1 046 765	-	1 046 765
T. Rowe Price-US SML	99 927	17 191	(651)	116 466	-	116 466
THREADNEEDLE (LUX) AMER SML COM FD IE EU	100 738	12 694	-	113 431	-	113 431
WILLIAM BLAIR-US SM-JC USD	99 987	12 216	(651)	111 551	-	111 551
	8 995 093	458 283	(65 212)	9 388 165	-	9 388 165
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
BARING CAP EU HIGH YLD-B EUR	240 259	13 058	-	253 316	-	253 316
	240 259	13 058	-	253 316	-	253 316
TOTAL	9 835 352	471 340	(65 212)	10 241 481	(690)	10 240 791

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE PERÍODOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

IMPOSTOS

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	-	5 074	5 074	-	-	-	-
Unidades de participação	550 827	384 482	935 309	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	-	-	5 766	1 551	-	7 318
Depósitos	-	-	-	26 336	1 094	-	27 430
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	16 169	16 169	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	544 406	544 406	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	1 040 995	1 040 995	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	1 059 566	1 059 566	-	-	-	-
TOTAL	550 827	3 050 692	3 601 519	32 102	2 645	-	34 747

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Unidades de participação	14 260	237 123	251 382	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	78	78	-	-	-
Depósitos	-	-	-	18	-	18
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	68 205	68 205	-	-	-
Futuros de moeda	-	571 159	571 159	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	970 260	970 260	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	1 223 543	1 223 543	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	102 510	26 350	128 860
de Depósito	-	-	-	7 103	628	7 731
de Supervisão	-	-	-	(287)	287	-
de Carteira de títulos	-	-	-	11 669	-	11 669
Outras	-	-	-	1 983	-	1 983
TOTAL	14 260	3 070 368	3 084 628	122 996	27 265	150 261

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	13 409	15 358
	13 409	15 358
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	-	670
	-	670
TOTAL	13 409	16 028

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2023, o OIC tem contratado junto do Millennium BCP uma conta corrente no valor de 500 000€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2023, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
GBP	34 897	-	-	-	-	-	34 897
JPY	17 698 366	-	(38 632 500)	-	-	(38 632 500)	(20 934 134)
USD	1 216 639	-	-	-	-	-	1 216 639
Contravalor Euro	1 254 398	-	(247 121)	-	-	(247 121)	1 007 276

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	(411 780)	-	(411 780)
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	(701 041)	-	(701 041)
UP's	9 641 481	-	-	9 641 481

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	134 006	1.04%	8	0.91%
Comissão de Depósito	8 040	0.06%	0	0.00%
Taxa de Supervisão	1 845	0.01%	0	0.01%
Custos de Auditoria	2 460	0.02%	0	0.02%
Encargos outros OIC	61 371	0.48%	4	0.48%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	6 400	0.05%	0	0.05%
Outros Custos Correntes	1 883	0.02%	0	0.02%
TOTAL	216 006		13	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1.68%		1.48%	

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Resultados SFDR e Taxonomia 2023

IMGA Flexível

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Flexível**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **2138003N4E23T31BOF09**

Código do fundo (CMVM): **482**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

●● <input type="checkbox"/> Sim	●● <input checked="" type="checkbox"/> Não
<p><input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <p><input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <p><input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis</p>

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter melhorado no último ano, esta informação ainda é bastante limitada, principalmente no que concerne aos indicadores relacionados com sustentabilidade ambiental. Com a implementação da *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, que será aplicada gradualmente a partir de 2024 até 2026, é espectável esta limitação diminua. Relativamente aos fundos de investimento, e até divulgação de informação mais pormenorizada por parte das sociedades gestoras dos mesmos, não dispomos de informação para fazer a análise discriminada relativamente a como foram atingidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e/ou social a que se propõem.

À data de preparação deste relatório o Fundo estava investido 17,4% em títulos de entidades privadas e depósitos junto de instituições financeiras e 82,6% em fundos de investimento e ETFs.

A maioria dos fundos de investimento em carteira encontram-se classificados ao abrigo do artigo 8º do SFDR e para os quais a informação relativamente à alocação da carteira é limitada, pelo que é considerada a informação prevista para estes fundos de acordo com a sua política de investimento em termos de sustentabilidade.

À data de preparação deste relatório, das 12 entidades em que o fundo investe diretamente, 4 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 5,7% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2023.

A notação de rating ESG médio para a componente de ativos diretos deste Fundo no final de 2023 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de cerca de 67% dos dados das entidades privadas em que o fundo investe, ou seja, de cerca de 11,6% da totalidade da carteira de ativos do Fundo. Destas 9,1% da totalidade dos ativos da carteira apresentavam risco negligenciável ou baixo, 2,6% apresentavam risco médio e não existia qualquer exposição a risco alto ou severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. Destes, e para a carteira de ativos diretos do fundo, os indicadores de sustentabilidade ambiental representaram cerca de 11% da notação de risco ESG do Fundo, penalizados pelos indicadores relacionados com gestão, prevenção e controlo da poluição e pela positiva para os relacionados com proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social representaram, na composição da notação de risco, cerca de 8% desta notação, não tendo existido nenhuma área que penalize ou beneficie particularmente esta componente.

No entanto, maior contributo negativo para o rating ESG desta componente da carteira advém dos mecanismos de gestão do risco ESG implementados por cada entidade alvo do investimento e pela forma como os mesmos se comparam com a prática de mercado para cada setor, não estando estes discriminados entre questões ambientais e/ou sociais.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* o UN Global Compact ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

Para a carteira de fundos de investimento, a sua composição em termos ESG no final de 2023 era a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura			Promoção Características A/S		Sustentáveis		
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
	artº 6º	4	-	13,1%	-	-	-	-	-
	artº 8º	19	16	67,6%	62,6%	64,2%	41,6%	13,5%	6,2%
	artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	1	0	1,9%	0,0%	-	-	-	-
	TOTAL	24	16	82,6%	62,6%	-	41,6%	-	6,2%

(1) Média dos fundos cobertos

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Em resumo, a carteira de ativos é composta em cerca de 82,6% por fundos de investimento, 67,6% constituídos ao abrigo do artigo 8º do Regulamento SFDR, isto é, como objetivo de promoção de características A/S através do investimento mínimo, em média, de cerca de 64,2% das suas carteiras de ativos em entidades considerados alinhados com características A/S e cerca de 13,5% dos seus ativos em entidades sustentáveis. Para o Fundo, estes investimentos contribuíram, respetivamente, em 41,6% para a percentagem de ativos considerados alinhados com características A/S e 6,2% para a percentagem de ativos considerados sustentáveis. Os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do mesmo Regulamento, ou seja, sem objetivos de promoção de características A/S e sem objetivo de investir apenas em ativos considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e/ou social, representavam cerca de 13,1% da carteira de ativos. Tratando-se de fundo artigo 6º, a sua contribuição para ambas as componentes “Promoção de Características A/S” e “Sustentáveis” é nula. Existia ainda um fundo em carteira para o qual não dispomos de informação relativa a sustentabilidade.

Relativamente à componente de ativos diretos, que era constituída por títulos emitidos por entidades privadas, os indicadores analisados apresentaram o seguinte comportamento:

O quadro abaixo apresenta os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2023.

Notação de Rating ESG: Risco Baixo		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	21,9%	7,8%	10,6%	21,9%	7,8%	10,6%	0,00%	0,00%	0,00%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	21,9%	2,3%		21,9%	2,3%		0,00%	0,00%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	21,9%	0,5%		21,9%	0,5%		0,00%	0,00%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	0,0%	0,0%	7,5%	0,0%	0,0%	7,5%	0,00%	0,00%	0,10%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	22,1%	1,1%		22,1%	1,1%		0,22%	0,02%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	21,9%	2,3%		21,9%	2,3%		0,00%	0,00%	
	Ética Empresarial	22,1%	1,7%		22,1%	1,7%		0,22%	0,04%	
	Corrupção	0,0%	0,0%		0,0%	0,0%		0,00%	0,00%	
	Relação com a comunidade	21,9%	2,4%		21,9%	2,4%		0,00%	0,00%	
	Privacidade e Segurança de Dados	0,2%	0,1%		0,2%	0,1%		0,22%	0,05%	
Corporate Governance	Corporate Governance	22,1%	7,2%	7,2%	22,1%	7,2%	7,2%	0,22%	0,05%	0,05%
Outros	Outros	0,2%	74,7%	74,7%	0,2%	11,1%	11,1%	0,22%	4,62%	4,62%
TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	36,5%	36,5%	-	4,8%	4,8%
% Ativos do Fundo			11,6%			11,6%			9,5%	

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

A notação de rating ESG de “**Risco Baixo**” da carteira de ativos diretos resultou em 36,5% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 11,6% da carteira de ativos. Destes cerca de 9,5% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 4,8% da notação de “**Risco Baixo**” atribuída a esta componente.

● ... e em relação a períodos anteriores?

A evolução do investimento em fundos com objetivo de promoção de características A/S ou sustentáveis foi a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2022			2023		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	artº 6º	37,8%	-	-	13,1%	-	-
	artº 8º	49,0%	19,6%	2,4%	67,6%	41,6%	6,2%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	0,0%	-	-	1,9%	-	-
	TOTAL	86,8%	19,6%	2,4%	82,6%	41,6%	6,2%

Verificou-se um ligeiro aumento da exposição a fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR, ou seja, fundos com objetivo de promoção de características A/S, de 49% no final de 2022 para 61,6% no final de 2023, por contrapartida de fundos artigo 6º, ou seja, que não têm como objetivo a promoção de características A/S nem têm um objetivo de investimento sustentável.

Este aumento de exposição a fundos com objetivo de promoção de características A/S resultou num aumento da quota-parte mínima detida em entidades alinhados com características A/S e em entidades sustentáveis, de 19,6% para 41,6% e de 2,4% para 6,2%, respetivamente.

Relativamente à componente de investimento direto em títulos de entidades privadas e governamentais, verificou-se uma melhoria significativa da notação de rating ESG do Fundos, que em termos médios passou de “Risco Médio” para “Risco Baixo”, com o aumento da exposição a entidades com notação mais favorável e melhoria da notação das entidades em carteira.

Rating ESG	2022	2023
Risco Negligenciável	3,3%	1,3%
Risco Baixo	0,0%	7,8%
Risco Médio	8,9%	2,6%
Risco Alto	0,0%	0,0%
Risco Severo	0,0%	0,0%
Com	12,2%	11,6%

Verificou-se uma manutenção da exposição a entidades alinhados com características A/S e um aumento das entidades consideradas sustentáveis, de 3% no final de 2022 para 10% no final de 2023.

Quanto aos indicadores analisados para entidades privadas verificou-se uma melhoria mais significativa ao nível dos indicadores relacionados com “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição” e “Corrupção”, tendo os indicadores relacionados com a existência de mecanismos de gestão e mitigação dos riscos ESG face à prática da indústria, bem como os relacionados com “Corporate Governance” ou “Eficiência na Utilização das Matérias-Primas” sido os que mais se deterioraram.

		Contribuição para o Rating ESG	
Indicadores de Sustentabilidade		2022	2023
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	11,5%	7,8%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	0,6%	2,3%
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	0,0%	0,5%
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	0,0%	0,0%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	1,9%	1,1%
	Saúde e Segurança no Trabalho	2,2%	2,3%
	Ética Empresarial	1,7%	1,7%
	Corrupção	3,0%	0,0%
	Relação com a comunidade	2,5%	2,4%
	Privacidade e Segurança de Dados	0,1%	0,1%
	Acesso a Serviços Básicos	0,0%	0,0%
Corporate Governance	Corporate Governance	5,1%	7,2%
Outros	Outros	71,5%	74,7%
TOTAL		100,0%	100,0%
% Ativos do Fundo		8,9%	11,6%
Promoção Características A/S		8,9%	11,6%
Sustentáveis		0,0%	9,5%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente ao investimento em ativos emitidos por entidades governamentais, esta exposição deixou de existir em 2023.

Governos	Rating ESG	2022			2023		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	3,33%	3,33%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%
	Total	3,33%	3,33%	3,33%	0,00%	0,00%	0,00%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

	% Ativos	2022	2023
Alinhados com características A/S		31,8%	53,3%
Sustentáveis		5,8%	15,7%

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção. Relativamente ao investimento através de fundos ou ETFs, compete a cada entidade gestora de fundos de investimento analisar cada entidade em carteira e garantir que cada investimento detido, ao ser considerado sustentável, cumpre com estes princípios.

--- **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Dependendo da metodologia adotada por cada sociedade gestora para aferição das métricas de sustentabilidade dos fundos sob sua gestão, podem ou não ser considerados os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, sendo que os mesmos fazem parte das metodologias adotadas pela generalidade das sociedades gestoras para gestão dos fundos

constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR. Compete a cada sociedade gestora e para cada fundo gerido, consoante os seus objetivos em termos ESG determinar quais os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade mais relevantes para a análise, selecionando, para além dos indicadores mandatórios (indicadores sobre emissões de gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, emissões para o meio aquático, emissão de resíduos radioativos, e indicadores sociais sobre questões sociais e laborais) indicadores adicionais quer na ótica ambiental como social.

A IM Gestão de Ativos, na análise aos seus investimentos diretos a cada entidade integra a análise de diversos indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, estando estes incorporados na análise na notação de rating ESG atribuída, relativamente a cada setor em que as empresas emittentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emittente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment). Relativamente à componente de fundos de investimento, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Para os ativos diretos e de acordo com a metodologia da IM Gestão de Ativos para avaliação da e categorização dos investimentos como sustentáveis, apenas são elegíveis os investimentos emittidos por entidades que não apresentem situações de incumprimento relativamente a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Para os fundos de investimento o desenvolvimento do modelo de análise está a cargo de cada sociedade gestora, podendo ou não ter em consideração as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos na atribuição da classificação como sustentável às entidades em que estão investidos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Relativamente ao investimento em fundos, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo. Relativamente a investimento direto a IM Gestão de Ativos tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating

diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2023 a 31/12/2023.

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
Schroder Intl Eur GV BD C AC	Unidades de Participação	8,97%	Luxemburgo
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	Unidades de Participação	7,47%	Luxemburgo
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	Unidades de Participação	5,87%	Luxemburgo
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	Unidades de Participação	5,29%	França
DWS Floating Rate Notes Fcp Ic Eur	Unidades de Participação	4,85%	Luxemburgo
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	Unidades de Participação	4,78%	Luxemburgo
European Specialist Investment funds M&G European	Unidades de Participação	4,49%	Luxemburgo
Amundi S&P 500 UCITS ETF	Unidades de Participação	4,30%	França
DP/BCP/EUR	Depósito a Prazo	4,29%	Portugal



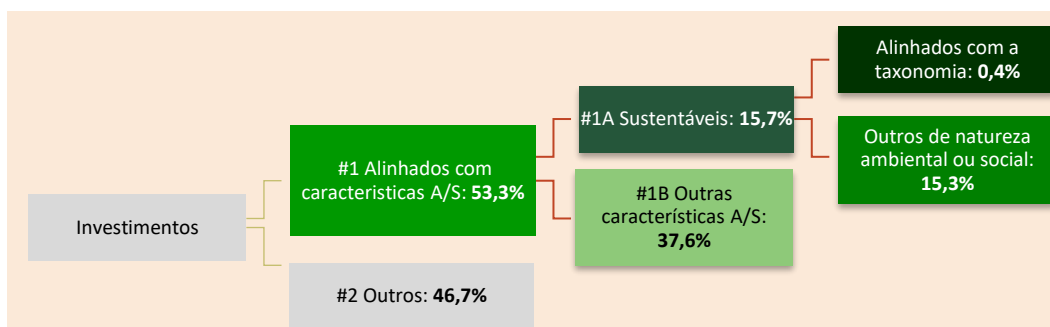
Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	82,62%
Utilities	Independent Power Production and Traders	1,28%
	Multi-Utilities	1,27%
Transportation Infrastructure	Highways and Railroads	1,30%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	1,29%
Liquidez	Depósito à Ordem	7,95%
	Depósito a Prazo	4,29%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹?**

Sim:

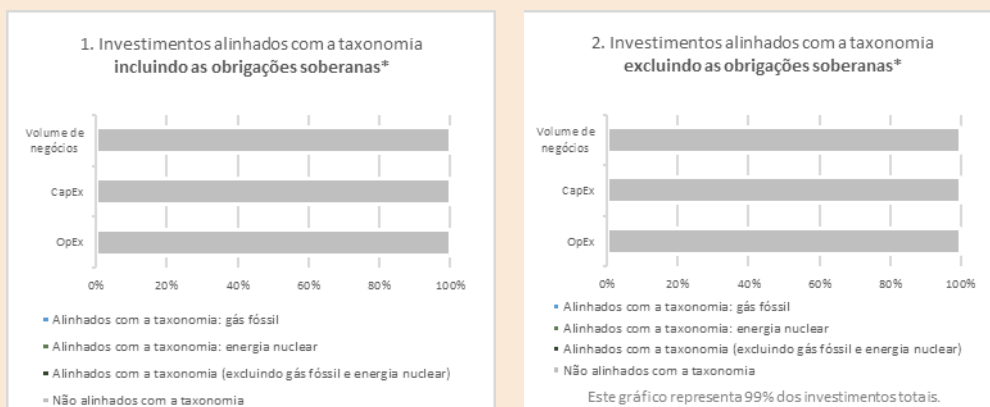
 Gás fóssil Energia nuclear

 Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.




- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Da totalidade das entidades alvo de investimento direto do fundo, correspondente a 17,4% dos ativos do fundo, apenas 15%, ou seja 2,6% da carteira total de ativos, reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes 0,4% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, não sendo divulgada a que tipo de atividades se referem. Relativamente à componente de fundos de investimento e ETFs não se encontra disponível essa informação de forma compilada e de fácil acesso por parte das sociedades gestoras.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Dada a ausência de informação sobre investimentos alinhados com a taxonomia EU no período anterior não é apresentada esta comparação.

 São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Para a carteira de fundos de investimento e ETFs não é possível obter a discriminação sobre a origem ambiental ou social dos investimentos sustentáveis, uma vez que não se encontra disponível essa informação de forma compilada e de fácil acesso por parte das sociedades gestoras.

Relativamente à carteira de ativos direta, que contribui com 9,5% para a componente de ativos considerada como sustentável, advém na sua maioria da forma como as entidades gerem o risco ESG, nomeadamente questões ambientais e sociais, face à prática da indústria, não estando disponível a discriminação entre ambiental e social.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Ver resposta à questão anterior.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem investimentos em empresas de diversos setores de atividade e a quota-parte dos fundos de investimento ou ETFs não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sustentáveis de acordo com as suas políticas de investimento, ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade. É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco. Neste sentido, para a carteira de ativos diretos, não foram efetuados investimentos em setores excluídos, nem foram detetadas situações de *non-compliance* com normas e princípios internacionais. Para a componente de fundos de investimento a aplicação destes critérios fica a cargo de cada sociedade gestora, podendo as mesmas, de acordo com a sua metodologia interna de análise ESG aplicar ou não estes ou outros critérios de análise ao cumprimento das salvaguardas mínimas.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2023

IMGA Flexível

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível IMGGA Flexível (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 11 897 656 euros e um total de capital do OIC de 11 817 154 euros, incluindo um resultado líquido de 387 904 euros), a Demonstração de resultados, e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível IMGGA Flexível, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do **pressuposto da** continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

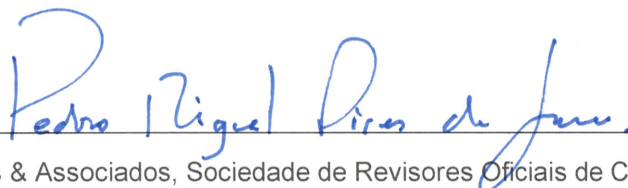
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2024



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)